

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS

ADMINISTRATIVAS

O Instituto Internacional de Ciências Administrativas ()*

35.06

Luís Simões Lopes

S^{R.} Presidente, Srs. Conselheiros. Estou obedecendo a uma ordem, que recebi do nosso ilustre Secretário e Presidente desta sessão, para falar um pouco a respeito do Instituto Internacional de Ciências Administrativas.

A matéria é de interesse restrito, é assunto da órbita daqueles que vêm tendo a sua curiosidade despertada para o progresso das ciências administrativas no mundo.

O que quero acentuar, através destas palavras, é que a idéia do aperfeiçoamento da administração, pública e privada, vem ganhando corpo de tal maneira que, hoje, o Instituto Internacional de Ciências Administrativas já congrega em seu seio um grande número de países; nas suas reuniões, mesas-redondas e, principalmente, nos Congressos que vem realizando, já tem tido oportunidade de reunir quase tantos países quanto as Nações Unidas. Isto demonstra nos meios internacionais, o reconhecimento da necessidade da melhoria da administração, especialmente da administração pública, indispensável ao progresso das nações e à felicidade do povo, em virtude da ingerência cada vez mais profunda do Estado na vida moderna.

Começarei por abordar as origens e objetivos gerais do Instituto Internacional de Ciências Administrativas e suas características.

A Comissão Permanente dos Congressos Internacionais de Ciências Administrativas, criada em 1910, foi substituída, vinte anos depois, pelo atual Instituto Internacional de Ciências Administrativas.

Destarte, 1930 indica uma etapa decisiva na evolução dos organismos internacionais vinculados à pesquisa, análise, documentação e assistência técnica no campo dos problemas sociais em geral, e da Administração em particular. Em 1930 são aprovados e divulgados os estatutos da única associação internacional que tem como objetivos fundamentais:

- o desenvolvimento das ciências administrativas;
- a melhoria das condições de funcionamento da administração pública, nos diversos países;

(*) Conferência pronunciada sob os auspícios da Confederação Nacional do Comércio. Carta Mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio — Fevereiro de 1958, N.º 35 — Rio de Janeiro.

- o aperfeiçoamento dos métodos, técnicas, doutrinas e práticas administrativas;
- o progresso da administração internacional.

Após o advento das Nações Unidas, passou-se a considerar como um novo campo, dentro da ciência da administração, a administração internacional. Eu próprio, durante longos anos, fui membro de um comitê das Nações Unidas, Composto de grandes nomes com exceção do orador, naturalmente (não apoiador), especializados em problemas de administração, escolhidos em vários países. Esse comitê se dedica ao estudo do aperfeiçoamento da administração internacional. Trata-se, por conseguinte, como disse, de um novo setor dentro da ciência da administração.

As atribuições, iniciativas e atividades do Instituto Internacional de Ciências Administrativas vêm, desde então, se ampliando e fortalecendo, através da freqüente realização de mesas-redondas e congressos internacionais, durante os quais se efetua um poderoso intercâmbio de experiências nacionais, — teóricas e práticas — no âmbito da Administração.

A medida que se ampliam os horizontes da atuação dos governos e das empresas modernas, crescem e se complicam, de maneira imprevista, as áreas cu domínios e os próprios instrumentos da Administração (pública e privada), em função do crescente dinamismo das estruturas sociais. As oscilações da conjuntura econômica e social, observadas em todos os países; vários fatores de perturbação, expansão demográfica, desequilíbrios políticos, exacerbações sociais, imprevistas mutações, recuos e avanços econômicos, progressos culturais e tecnológicos — em síntese, todo o desconcertante emaranhado de problemas que desafiam a capacidade dos homens de governo e dos homens de empresa teriam forçosamente de modificar e transformar o equacionamento, o estilo, as técnicas, instrumentos e perspectivas da Administração, compelida a se adaptar, em cada Nação, às novas condições do meio ecológico, do ambiente, da época, dos desenvolvimentos científicos, técnicos e culturais predominantes.

Assim, o exame comparativo das experiências realizadas nesse domínio — ao mesmo tempo tão velho e tão novo —, a realização de inquéritos, estudos, projetos e arrojadas iniciativas tendentes ao aperfeiçoamento da ciência administrativa, — como, por exemplo, as teorias e práticas mais recentes de mecanização e automatismo do trabalho e da produção dos países altamente industrializados — enfim, essa transformação que se opera, em ritmo surpreendente, em todos os setores ou segmentos da vida contemporânea — na família, nas escolas, nas fazendas, nos sindicatos, nas fábricas, na igreja, nos escritórios, nos partidos, nos organismos governamentais de qualquer nível — toda essa transformação encontra no Instituto Internacional de Ciências Administrativas um centro internacional de investigação, documentação e intercâmbio de singular importância. Promovendo estudos, coligindo dados, permutando contribuições, comparando sistemas, formulando sugestões, prestando assistência técnica, vem o Instituto Internacional de Ciências Administrativas desde 1930 realizando obra de tal envergadura, que conseguiu obter a adesão de mais de 40 países aos seus Estatutos, periodicamente renovados. Esses países, na qualidade de

Estados-Membros, por sua vez organizam seções nacionais do Instituto — como em nossa terra, o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas — para realização de programas ou objetivos similares. Em virtude de suas contribuições positivas como laboratório de soluções modernas para os problemas administrativos em geral, fonte de preciosos ensinamentos, escola e fator de modernização — por todos êsses motivos, goza o Instituto das vantagens do Estatuto Consultivo junto à Unesco e ao Conselho Econômico e social das Nações Unidas; participa ativamente dos trabalhos dessas organizações, referentes às suas atividades, e se encontra prestigiado pelos governos e instituições técnico-culturais dos países mais adiantados do mundo.

Estrutura e funcionamento do Instituto Internacional de Ciências Administrativas.

São Órgãos do Instituto:

- 1 — A Assembléia-Geral que compreende o conjunto dos delegados oficiais dos Estados-Membros e dos membros individuais e coletivos. A Assembléia-Geral se reúne todos os três anos, simultaneamente com os grandes Congressos Internacionais promovidos pelo Instituto.
- 2 — Conselho de Administração que se reúne anualmente para deliberar sobre o orçamento da entidade, suas responsabilidades e contas; estabelece a política geral, a orientação e os programas do Instituto. O Conselho de Administração é constituído de representantes das Seções Nacionais e Internacionais representantes dos Estados-Membros e dos presidentes dos Comitês Permanentes. O Conselho de Administração designa os dirigentes do Instituto e elege, entre os seus Membros, o Presidente e os 4 Vice-Presidentes, os quais conjuntamente com os Presidentes dos Comitês Permanente, constituem o Comitê Executivo incumbido de realizar os programas do Instituto. Esse Comitê deve se reunir pelo menos duas vezes por ano. É a seguinte a composição atual do Comitê Executivo:
 - a) Presidente: Sr. FRANTS HVASS, Embaixador da Dinamarca na Alemanha (Bonn), Chefe da Missão Militar Dinamarquesa na Alemanha;
 - b) Vice-Presidentes: Srs. GERRIT ABRAHAM VON POELJE, Conselheiro de Estado na Alemanha; ALBERT T. DAY, ex-chefe do National Whitley Council, Inglaterra; HENRY MATTON, 1.º Presidente Honorário do Tribunal de Contas da Bélgica; LUÍS SIMÕES LOPES, Presidente da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas;
 - c) Presidentes dos Comitês Permanentes: Srs. HENRY PUGET, Conselheiro de Estado, França; WILLINAM FINANN, Diretor-Assistente da Organização e Métodos, Bureau do Orçamento, Estados Unidos; ANDRÉ MOLITOR, Diretor-Geral, Ministério da Instrução Pública, Bélgica;

d) Diretor-Geral do Instituto: Sr. PAUL SCHILLINGS, e Tesoureiro, Sr. EDMON LESOIR, Bélgica.

É bastante simples e descentralizada a estrutura do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, cujos objetivos são atingidos pelo esforço conjunto dos Membros, da seguinte forma:

- I — Estados-Membros, isto é, Governos dos países que aderiram ao Instituto e que são, entre outros, os seguintes: Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Egito, Espanha, França, Grécia, Honduras, Israel, Itália, Japão, Líbano, Liechtenstein, Luxemburgo, México, Mônaco, Noruega, Países Baixos, Portugal, São Marinho, Suíça, Tailândia, Turquia, Vaticano, Viet-Nam e Iugoslávia.
- Esses países encorajam o Instituto em suas atividades, proporcionando-lhe apoio moral e material; contribuem para manutenção da entidade, na medida das contribuições arbitradas pelos respectivos Governos.
- II — Seções Nacionais — Diversos Países-Membros organizaram Seções Nacionais como é o caso do Chile, Coréia, América do Norte, Finlândia, Índia, Polônia e Inglaterra e, finalmente, do Brasil. Em nosso país, a Seção Nacional do Instituto Internacional é o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. A característica das Seções Nacionais é que elas reúnem professores, técnicos e administradores, especialistas em assuntos de administração pública, a fim de discutir os seus problemas à luz dos interesses e peculiaridades dos respectivos países. Em alguns casos, as Seções Nacionais estão evoluindo de maneira a se transformarem em órgãos não somente de pesquisas como de assistência técnica e consulta, quando citados.
- III — As Seções Internacionais são constituídas pelos funcionários dos organismos internacionais que se consagram a estudos de assuntos de problemas específicos, principalmente dos problemas decorrentes do exercício de funções públicas internacionais.
- IV — Membros Coletivos são as instituições ou associações legalmente constituídas — tanto no plano nacional como internacional — com finalidades afins às do Instituto e com ele colaboram. É o caso, por exemplo, de inúmeras Universidades que desta forma se associam às atividades do Instituto.
- V — Membros Individuais ou Titulares são as personalidades de primeiro plano que, em caráter individual, nos países onde ainda não existe uma Seção Nacional, se credenciam, pelos seus títulos profissionais ou atividades científicas, no campo da administração. Alguns altos funcionários internacionais são também admitidos nessa qualidade.
- VI — Mas as finalidades do Instituto são atingidas, de preferência, pela atuação dos seus Comitês Básicos:
 - a) o Comitê Científico.
 - b) o Comitê de Práticas Administrativas.

Aproveito para fazer uma breve digressão e explicar uma evolução muito curiosa que se passou no Instituto. O Instituto Internacional de Ciências Administrativas era uma instituição puramente européia, no início de sua fundação. Dessa forma, a preocupação predominante refletia o pensamento europeu da época, em que a ciência da administração era tratada quase que só e unicamente do ponto de vista jurídico. Era mais o estudo da legislação vigente nos vários países, de direito comparado; não havia sido introduzida na mentalidade dos criadores e instituidores do Instituto a idéia que depois frutificou, principalmente com a vinda dos americanos e com certa predominância que eles adquiriram no funcionamento do Instituto. Foi, então, o Instituto dividido em dois comitês fundamentais: a) o que se passou a chamar Comitê Científico, que se ocupa principalmente dos problemas científicos da administração e particularmente, da parte jurídica; b) o Comitê chamado de Práticas Administrativas.

No Comitê Científico continuam predominando os europeus e, no de Práticas Administrativas, têm-se destacado os norte-americanos.

O Comitê Científico é constituído no momento, por cerca de 30 membros, escolhidos de maneira a representar os diferentes sistemas administrativos. Os seus objetivos fundamentais podem ser resumidos em poucas palavras:

- a) o estudo dos problemas de direito administrativo, da estrutura e organização geral dos serviços administrativos;
- b) o estudo dos métodos administrativos considerados sob o aspecto científico.

O Comitê de Práticas Administrativas abrange, por sua vez, no momento, representantes de 46 países e 8 Organizações Internacionais. Suas atribuições são, em resumo, as seguintes:

- o estudo, no plano técnico, de todos os problemas de organização e métodos, tendo em vista, notadamente, os casos concretos da administração dos diversos países; os processos em vigor; as melhorias ou aperfeiçoamentos que podem ser introduzidos no funcionamento dos serviços, os progressos nas relações internas com o pessoal e assim por diante.

Incumbe, ainda, ao Comitê de Práticas Administrativas, promover o intercâmbio das informações no âmbito internacional, quanto aos aperfeiçoamentos que se observam na administração dos diversos países, inclusive das organizações internacionais.

Existe ainda um terceiro Comitê, denominado o Comitê dos Contratos, composto de 1 Presidente e de 4 Membros. Mas as atribuições desse Comitê dizem respeito à negociação dos contratos de trabalho ou pesquisas efetuados por conta de outros organismos, tais como a ONU, a UNESCO, a Fundação Ford.

O Sr. OCTÁVIO BULHÕES — Onde é a sede?

O Sr. LUÍS SIMÕES LOPES — A sede do Instituto é em Bruxelas.

O Sr. OCTÁVIO BULHÕES — O Presidente é obrigado a permanecer lá?

O Sr. LUÍS SIMÕES LOPES — Lá existe a Direção-Geral; um Diretor-Executivo e o Secretariado. As reuniões do Instituto são sempre fora de Bruxelas, mas a sede permanente é naquela cidade.

Reuniões, serviços e atividades básicas do Instituto:

O I Congresso Internacional de Ciências Administrativas, levado a efeito na Bélgica, em 1910, estabeleceu uma Comissão permanente incumbida de organizar Congressos Internacionais, sucessivamente realizados em Bruxelas (1923), Paris (1927), Madrid (1930). Neste último Congresso é que surgiu o Instituto Internacional com as características que configuram a sua atual fisionomia. Desde então, tiveram prosseguimento, sob a direta responsabilidade do Instituto, os Congressos Internacionais de Viena (1933), Varsóvia (1936), Berna (1947), Florença (1950), Istambul (1953). O Congresso de 1956 realizou-se novamente em Madrid, reunindo com êxito invulgar, representantes de 60 países, 8 organizações internacionais e mais de 400 participantes.

No intervalo dos congressos trienais, o Instituto Internacional promove mesas-redondas anuais.

Uma das reivindicações dos Delegados do Brasil junto ao Instituto é a realização de pelo menos uma mesa-redonda da entidade no Brasil — desde que haja concordância do nosso Governo — senão de um próprio Congresso Internacional. As mesas-redondas são mais fáceis de realizar, exigindo menores despesas do Governo hospedeiro. Se atendida essa nossa reivindicação, será a primeira reunião realizada na América. Até agora só houve reuniões na Europa e na Ásia.

O Sr. ANTÔNIO CAMILO DE OLIVEIRA — Quais são as línguas de trabalho?

O Sr. LUÍS SIMÕES LOPES — As línguas oficiais de trabalho vinham sendo o inglês e o francês. Entretanto, por proposta da delegação brasileira, em Madrid, com o apoio dos países latino-americanos, da Espanha e de Portugal, conseguimos também que fôsse incluído o espanhol como língua oficial, já que o português seria muito mais difícil de se conseguir, dado que é o idioma falado em dois países membros apenas.

O Sr. ANTÔNIO CAMILO DE OLIVEIRA — Os documentos são publicados nas duas línguas?

O Sr. LUÍS SIMÕES LOPES — São publicados nas três línguas; a partir do Congresso de Madrid. Antes eram publicados em inglês e francês.

Como dizia, no intervalo dos Congressos trienais, o Instituto Internacional promove mesas-redondas anuais, a fim de aperfeiçoar o funcionamento dos seus Comitês Permanentes e órgãos dirigentes e preparar os futuros Congressos; examinar problemas concretos que, pela sua oportunidade e importância, merecem uma atenção especial. As mesas-redondas e as Reuniões Regionais constituem outro exemplo das atividades fundamentais do Instituto. Em Rangoon, por exemplo, sob os auspícios do Governo da Birmânia, teve lugar uma dessas Reuniões Regionais que funciona como um Seminário para o estudo dos problemas do Governo e Administração desse país. Outra Reunião desse tipo teve lugar nas Nações Unidas com

o objetivo de estudar, em profundidade, os problemas de organização e gestão das empresas ou serviços industriais do Estado Moderno.

As Nações Unidas têm mostrado simpatia por esses problemas. Nós mesmos, da Fundação Getúlio Vargas, conseguimos uma reunião especial sob a égide das Nações Unidas, para o estudo de um projeto que apresentamos do estabelecimento do ensino sistemático de Administração no Brasil. As Nações Unidas concordaram em patrocinar essa mesa-redonda que se realizou na antiga sede de Lake Success, em Nova Iorque, onde o então chamado "Projeto Brasileiro" foi estudado e, finalmente, aprovado com algumas modificações. Esse projeto foi posteriormente realizado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, com a criação da primeira escola de administração pública instalada na América Latina.

Mais tarde, baseada nesse mesmo estudo, a Fundação instalou uma escola de Administração de Empresas, que foi também a primeira escola no gênero, em moldes modernos, instalada na América Latina. Funciona essa escola em São Paulo sob a denominação de Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

As mesas-redondas mais importantes até agora efetuadas foram, pela ordem cronológica, as de Paris (1934), Berlim-Varsóvia-Zurich (1936), no Castelo d'Ardenne, na Bélgica (1937), em Bucareste (1938). Depois da guerra, realizaram-se mesas redondas em Copenhague (1948), Lisboa (1949), Nice-Mônaco (1951), Knocke (1952), Haia (1954), Oxford (1955) e, finalmente, em Opatija (1957).

O Brasil tem participado dessas reuniões por intermédio de delegações que têm conseguido honrar, no exterior, as tradições nacionais de cultura e profundo interesse pelo estudo das Ciências Administrativas.

De nossas delegações têm feito parte o nosso eminente companheiro Dr. CARLOS MEDEIROS DA SILVA; os ilustres Drs. THEMÍSTOCLES CAVALCANTE, GONÇALVES DE OLIVEIRA, ARIZIO DE VIANA, GUILHERME DE ARAGÃO, Diretor Geral do D.A.S.P., CAIO TACITO, D. BEATRIZ WAHRlich, etc.

Atualmente, em virtude da própria ampliação de sua base geográfica, com a adesão de contingente cada vez maior de países e organismos internacionais, e por força da crescente importância dos problemas administrativos, o Instituto Internacional se encontra em uma fase de acentuado dinamismo. E' relevante o número das suas atividades:

- um *Secretário* bem equipado;
- Serviços de tradução em francês, inglês e espanhol;
- um importante centro de documentação especializado;
- publicações periódicas de grande valor, dentre as quais se destacam:
 - a) *A Revue Internationale des Sciences Administratives*, órgão oficial do Instituto;
 - b) Documentos, monografias e publicações diversas, de cunho científico, todas assaz conhecidas.

As atividades de cooperação internacional do Instituto se desenvolvem com intensidade, no quadro dos acordos firmados a respeito com o Secretariado Geral das Nações Unidas. Seria ocioso enumerar todos os estudos, pesquisas, projetos e trabalhos já preparados pelo Instituto, em colaboração com os diversos organismos internacionais.

Quero, finalmente, fazer breves referências à última Reunião do Instituto, realizada em Opatija, Iugoslávia, no corrente ano.

Participaram dessa Reunião 32 países e duas Organizações Internacionais. Foi até uma surpresa, porque, em geral, as mesas-redondas reúnem número menor de países. Mas esse grande comparecimento se deve ao interesse extraordinário, seja dos Estados-Membros, seja dos outros países que, não sendo membros, mandam sempre observadores.

Compareceram a República Federal da Alemanha, Bélgica, Brasil, Cambódia, Canadá, Ceilão, Chile, Dinamarca, Egito, Espanha, Estados Unidos da América do Norte, Filipinas, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Holanda, Índia, Itália, Israel, Iugoslávia, Japão, Libéria, Líbia, México, Noruega, Polônia, Portugal, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia e União Soviética, e as organizações internacionais, Centro de Informações de Belgrado — Iugoslávia — e Nações Unidas.

Os três tópicos da mesa-redonda foram os seguintes:

- a) tendências atuais com relação à transferência de poderes de autoridades maiores para autoridades menores delas separadas e vice-versa;
- b) automatização e seus aspectos de relevância para repartições públicas;
- c) o sistema do mérito com relação à promoção de funcionários públicos, especialmente no que se refere à avaliação de eficiência.

Sobre os itens a e c foram apresentadas várias monografias. No primeiro dia da reunião, foram distribuídos um relatório geral sobre o primeiro daqueles tópicos e outro sobre o segundo deles, nos quais se condensavam as principais observações contidas nas referidas monografias e teses.

Desejava fazer uma referência ao item b, sobre a automatização. A falta de melhor nome, está aqui automatização, que corresponde a *automation* em inglês. São processos novos que não podem ser chamados de mecanização, porque são muitos mais do que isso. Em resumo, é a aplicação ultra-recente dos chamados cérebros eletrônicos nos problemas da administração, não só na estatística, como de outra natureza. A automatização caminha rapidamente, em alguns centros de pesquisas: ao mesmo tempo, é matéria pouco conhecida, não só no Brasil como também na grande maioria dos países, mesmo nos mais avançados. Por isso não pôde ser objeto de discussão; não haveria, provavelmente, entre os presentes, quem a discutisse com real conhecimento de causa. Adotou, então, o Instituto, pela primeira vez — e penso que muito acertadamente — o critério de convidar um grupo de especialistas para fazer dissertações sobre a matéria. As dissertações causaram forte impressão entre os participantes

do Congresso. Estou certo de que o método foi acertado e poderá ser adotado com proveito em outras reuniões de caráter internacional ou nacional, sempre que se abordar assunto novo e complexo. Realmente, em matéria tão altamente especializada e tão pouco conhecida é improficuo promover-se debates. Muito mais interessante é ouvir a palavra das poucas pessoas que podem falar com proficiência sobre a matéria. De minha parte, fiquei tão interessado no assunto, do que pouco conhecia, através de leituras mais ou menos vagas, que estou empenhado em ver se conseguimos dar um primeiro passo no Brasil. Acho que este primeiro passo deveria consistir em se reunirem algumas entidades que dispusessem de algum recurso para trazer ao país, por dois ou três meses, êsses especialistas ou outros, para tomarem contato com vários setores brasileiros e fazerem uma série de trabalhos preliminares.

O Brasil vai realizar o seu próximo censo em 1960 e penso que não deveria esperar o de 1970 — os censos em nosso país se realizam de 10 em 10 anos — para empregar êsse maravilhoso instrumento que permitirá simplificar de maneira quase inconcebível a apuração dos planos censitários que até agora estamos fazendo.

Nós, da Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, consumidores de estatísticas, sabemos o quanto são deficientes, sob todos os aspectos, as estatísticas brasileiras. Basta que se diga que estamos em 1957 e ainda estão sendo publicados os resultados do Censo de 1950. Resultados desatualizados, de valor quase que puramente histórico, a não ser para certos estudos retrospectivos dos aspectos econômicos, sociais, demográficos, etc.

Ora, se nos preparássemos com tempo para utilização da automatização, pelo menos para aplicá-la no censo de 1960, poderíamos colher resultados extraordinários. Nenhum de nós pode prever o que seria para todos o estudo dos problemas brasileiros com a utilização desses novos equipamentos e métodos de trabalho, dando rendimento infinitamente maior do que os processos até hoje usados, inclusive a mecanização já bastante difundida no Brasil. E, mais do que isto, a existência desses equipamentos, desses métodos modernos de trabalho, permitiria que a planificação do Censo de 1960 fôsse muito mais ambiciosa, pois os elaboradores dos planos censitários até agora contavam com sistemas anacrônicos e insuficientes de apuração e síntese de dados.

Cumpre, no entanto, assinalar um ponto: para que o Brasil possa usar, em 1960, a automatização, um prazo mínimo de preparo prévio de dois a três anos seria necessário, principalmente se levarmos em conta que a planificação do censo já deverá ser feita tomando-se em consideração as facilidades tremendas da automatização para apuração e análise. São espetaculares as possibilidades da automatização. Essas máquinas são verdadeiros cérebros, a substituir cérebros humanos. Têm memória própria e são capazes de realizar proezas, como disse, verdadeiramente inconcebíveis para os cérebros já mais velhos como o meu...

Aproveito esta oportunidade, em que falo a um auditório tão alto sob todos os aspectos e de tão grande responsabilidade na vida pública brasi-

leira, para fazer êste apêlo no sentido de que congreguemos esforços no sentido de trazer ao Brasil esta primeira equipe, que viria, pelo menos, mostrar-nos se é ou não possível pensarmos na utilização dos cérebros eletrônicos e da automatização de um modo geral no censo de 1960.

Segundo se depreende das palestras que ouvimos em Opatija, as possibilidades passam de muito às da apuração de um censo e portanto, poderíamos pensar na utilização da automatização em muitos setores da vida nacional. Mas quero ser mais modesto e objetivo. Se êsses especialistas nos dissessem, apenas, que a infra-estrutura administrativa e científica brasileira já permitiria (após trabalho intensivo de preparo) a utilização da automatização no censo de 1960, já estariam a meu ver, fartamente compensadas as despesas e esforços com a vinda dêsses técnicos ao Brasil. Entretanto, se êles nos dissessem que poderíamos fazer o censo e, ainda, outras tarefas, seria melhor ainda, evidentemente.

Quanto ao tema “tendências atuais com relação à transferência de poderes de autoridades maiores e autoridades menores delas separadas e vice-versa”, apresentaram trabalho por escrito a Alemanha, a Austrália, a Bélgica, o Brasil, o Canadá, a Espanha, a França, a Índia, a Iugoslávia, a Polônia e a União Soviética.

Êsse problema que vem preocupando os vários países mencionados é, em outras palavras, o que chamamos no Brasil a descentralização administrativa, matéria sempre atual, que vem preocupando profundamente a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos da qual tenho a honra de ser o Presidente.

Estamos todos verificando que as autoridades superiores, a partir do Presidente da República, estão tôdas superlotadas de atribuições e encargos bürocráticos, que não só as impedem de exercer com proficiência a conhecimento de causa sua missão, como vêm perturbando a vida político-administrativa do país, forçando a população do interior a dirigir-se às mais altas autoridades para que vejam resolvidas questões banais referentes à administração pública.

Êste problema está sendo sentido agudamente em vários países e muito justamente onde a centralização foi mais violenta, como na União Soviética. Os delegados soviéticos tiveram ocasião de divulgar em Opatija os programas do Governo da União Soviética no sentido de promover, em larga escala, a descentralização da administração pública.

Entretanto, a essa idéia que hoje domina em quase todos os países, há forte oposição no meio brasileiro, onde as próprias autoridades querem concentrar cada vez mais em suas mãos funções que não podem exercer, desprestigiando os funcionários, desprestigiando vasta escala de autoridades que hoje não têm mais poderes para decidir coisa alguma e que se sentem tímidas em arcar com a responsabilidade das decisões, porque sabem que há sempre uma, duas, três ou quatro autoridades acima, sempre dispostas a rever suas decisões e anulá-las sob pressão de interessados ou de grupos. Isto ocorre porque a administração entre nós está altamente centralizada.

Êste ponto, foi, portanto, um dos mais interessantes. Houve uma dificuldade inicial quanto ao que se devia considerar por descentralização,

porque nas várias línguas o assunto tinha aceções um pouco diferentes. Mas penso que chegamos todos a um entendimento através da nomenclatura inglesa, "devolution of powers".

Dêsses debates também a delegação brasileira participou ativamente. Um problema fundamental foi focalizado por vários delegados: a manutenção do necessário equilíbrio entre as tendências para a centralização, por um lado, e para a "devolution of powers", por outro lado. Como em tudo na vida, geralmente, a verdade está no meio. E' preciso haver um ponto de intersecção, de onde se deve partir para um lado ou para outro: a descentralização ou a concentração de poderes, conforme a natureza deles.

Outro ponto também muito interessante discutidos nessa Mesa-Redonda foi o sistema do mérito com relação à promoção.

E' uma das questões para a qual até hoje não se encontrou solução boa em nenhuma parte do mundo.

Eu, que fui o responsável pela adoção do sistema de promoção pelo processo do mérito, como Presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil e, posteriormente, do D.A.S.P., através de atribuição de notas, tão criticado, sempre reconheci grandes falhas no sistema adotado pela legislação brasileira. Verifico porém, que, passados 20 anos, o problema está no *statu quo*, isto é, não há solução conveniente, ninguém trouxe nenhuma novidade para melhorar a promoção por mérito.

Tôdas as sugestões lá apresentadas consubstanciavam as mesmas idéias, inclusive as tentadas no Brasil com relativo êxito e com as falhas que todos conhecemos: atribuição de pontos ou notas etc.

Nêste sentido, apresentaram trabalhos escritos o Brasil, a Espanha, a França, a Índia, a Itália e a União Soviética.

O trabalho do Relator se baseou na necessidade de ser o "mérito" o único critério para o progresso funcional dos servidores, quer se trate de promoção propriamente dita, quer de simples aumento salarial. Para tal fim, a avaliação do merecimento é o método comumente usado, significando apreciação sistemática e organizada, dentro de determinado período de tempo do mérito do funcionário em causa, em relação a uma escala pré-estabelecida e sob vários pontos de vista. Propôs, finalmente, o Relator quatro pontos a discutir: a) os objetivos e a função da "avaliação"; b) os meios de aplicação da avaliação; c) os efeitos da avaliação e d) para eficiência do sistema, as precauções legais que devem ser adotadas para assegurar sua objetividade, bem como o direito a recurso nos casos de inexatidão, excesso ou abuso de autoridade.

Participaram dos debates o Brasil, a Cambódia, o Ceilão, a Espanha, os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha, a Índia, a Itália, a Iugoslávia, a Libéria, Portugal, a Turquia e a União Soviética. Isso serve para mostrar como êsses pontos ainda são controvertidos.

O resultado foi que a avaliação do merecimento foi considerada, quase unanimemente, como o processo técnico para a efetivação da promoção ou de simples aumento salarial. Mesmo nos casos em que a regra geral é a

promoção por antiguidade, a avaliação de merecimento surge como fator corretivo.

Esta foi uma observação um pouco nova para nós aqui no Brasil, porque a nossa promoção por antiguidade é automática, o merecimento não interfere em nada. Apenas não se fará a promoção no sistema brasileiro se no interregno houver ocorrido fato novo que impeça a promoção.

Reconheceu-se que a avaliação do merecimento tem várias utilidades. Pode não só auxiliar as decisões sobre promoção ou aumento salarial, como também as de muitas outras questões relacionadas com a carreira do funcionário público.

Verificou-se que as questões mais difíceis dizem respeito a método, atribuições e processamento. Na realidade, o assunto merece uma "Mesa-Redonda" especial.

Quanto às conseqüências da avaliação, a opinião foi unânime no sentido de que, se não forem elas positivas, não vale a pena instituir o sistema — isto é, se da avaliação nada resulta, ela não deve ser feita.

Um dos mais importantes aspectos focalizados diz respeito aos fatores a serem avaliados, e principalmente à questão de avaliar-se o "homem como um todo" ou simplesmente o "funcionário".

Reconheceu-se, também, que geralmente a avaliação do merecimento deve estar sujeita a controles legais, embora não haja conclusões definitivas sobre quais devam ser eles.

Voltando ao ponto da automatização, foi, a meu ver, a matéria mais interessante que surgiu na Mesa-Redonda. Os outros são temas que já vêm sendo considerados nos Congressos e Conferências do próprio Instituto e de outras instituições nacionais e estrangeiras. Há uma vastíssima literatura sobre esses outros temas, especialmente nos Estados Unidos.

Sobre a automatização falaram o Dr. RICHARD WESSLS, que é membro proeminente da European Productivity Agency e pessoa muito qualificada na matéria; outra conferência que muito me impressionou foi feita por um representante francês, que tem vários trabalhos publicados e deve ser conhecido de muitos aqui presentes, o Sr. LYONEL WURMSER.

A grande vantagem da palestra do Sr. LYONEL WURMSER é que ele com aquela clareza que é apanágio do gênio latino, da cultura francesa, conseguiu explicar com facilidade cousas que exigem profundo raciocínio das inteligências comuns, porém, de um modo tão perfeito, que acho que a grande maioria das pessoas presentes certamente saiu dali com uma noção bastante clara das imensas possibilidades que enseja o uso dessa nova conquista, traduzindo-se pelo aperfeiçoamento não só da administração pública mas de todos os setores das atividades humanas.

Também um representante da Alemanha e outro da Itália falaram sobre o assunto, descrevendo algumas experiências realizadas nos seus países.

O Brasil, em muitos campos, tem absorvido com rapidez as conquistas mais recentes, até mesmo no campo da administração pública. Por exem-

plo, a mecanização de serviços que chamávamos, antigamente, os "processos Holerith", introduzidos no Brasil quando eram ainda novidade também nos Estados Unidos. O Brasil rapidamente se assenhoreou dessa técnica.

Senhor Presidente, tenho prazer em declarar que a delegação brasileira participou ativamente da mesa-redonda. Eu, na qualidade de Vice-Presidente do Instituto, participei ainda, das reuniões da Comissão Executiva, que dirige o Instituto. Penso que o Brasil está, agora, credenciado para ser a sede de uma mesa-redonda, ou mesmo de um congresso, porque é incontestável a liderança de nossa Pátria, nesse campo, na América Latina. Isto foi reconhecido, com grande isenção, pelos demais países latino-americanos, tanto que, espontaneamente, formaram em torno do Brasil para a Vice-Presidência do Instituto, quando são eles muito mais numerosos e poderiam se congregarem em torno de um candidato próprio de língua espanhola. A posição do Brasil penso que foi reconhecida pelos nossos amigos portugueses e pelos espanhóis, que também formaram nesta mesma linha, levantando a candidatura brasileira à Vice-Presidência.

Geralmente, há sempre, feitos por vários países, com grande antecedência, 5 ou 6 oferecimentos ao Instituto. O Instituto, então, entre aquelas ofertas, escolhe uma. De modo que a primeira fase para a realização de uma dessas reuniões no Brasil seria, justamente, um oferecimento do Governo brasileiro ao Instituto.

Como alguns dos Senhores devem estar lembrados, já realizamos no Brasil, em 1952 uma mesa-redonda sobre problemas de administração. Foi também, creio, a primeira mesa-redonda internacional realizada em toda a América. Todavia, essa mesa-redonda não foi oficial, não foi o Governo brasileiro quem a realizou, nem o Instituto Internacional. Foi ela realizada sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas.

Tivemos cerca de 70 pessoas, todas da mais alta qualificação. Provou, então, o Brasil, nessa ocasião, estar em condições de realizar essa mesa-redonda.

No dia em que se abriu nossa mesa-redonda, os delegados estrangeiros presentes encontraram grande quantidade de trabalhos publicados em português, espanhol, inglês e francês, quatro línguas portanto. Tratava-se de trabalhos feitos previamente, para serem discutidos por grupos especializados. Os resultados, ali, foram magníficos.

Ainda recentemente, há dias atrás, tive a honra de presidir a Delegação Brasileira à reunião que se realizou no Rio, a Reunião Inter-Americana de Normas Técnicas. Nossa Delegação, graças aos esforços de PAULO SÁ e outros delegados patrícios, teve destacada atuação. Cito todos esses exemplos apenas para justificar o ponto de vista em que me coloco, de que já estamos em condições e podemos, sem receio, aceitar a responsabilidade de realizar uma mesa-redonda do Instituto aqui no Brasil. Já compareci a várias, como também os Drs. CARLOS MEDEIROS e THEMÍSTOCLES CAVALCANTI, nossos eminentes colegas, neste Conselho, pelo que estou certo de que no Brasil podemos fazer uma mesa-redonda, ou mesmo um congresso igual ou melhor do que a média dos congressos que o Instituto tem realizado.

Talvez me tenha estendido um pouco demais, porque a matéria é bastante árida, mas, convidado pelo nosso Presidente para dar estas explicações, fui traído pelo interesse que tenho pelo assunto. Muito obrigado.

O Sr. MARCIAL DIAS PEQUENO — Pediria a V. Ex.^a que dissesse uma palavra sobre a agência brasileira do Instituto, o que, talvez por modéstia, tenha V. Ex.^a omitido.

Tenho grande interesse até mesmo pelas publicações do Instituto, as quais tenho recebido de forma irregular e muito esparsas.

O Sr. LUÍS SIMÕES LOPES — Com grande prazer.

A história do Instituto Brasileiro é a seguinte: durante o último governo do Presidente VARGAS, quando era Diretor do D.A.S.P. o Dr. ARÍZIO VIANNA, foi promovida a criação da seção brasileira, através do D.A.S.P. Mas foi feita de modo informal o que, a nosso ver, não correspondia exatamente ao que se deve ser uma seção nacional do Instituto. Foi publicada uma série de trabalhos, o Dr. ARÍZIO VIANNA, comparecendo com o Dr. CARLOS MEDEIROS e outros, a diversas reuniões. Todavia, a seção brasileira não tinha organização condizente com as finalidades a que se propunha. Então, reuniram-se alguns interessados, inclusive os mesmos que tinham fundado a Primeira Seção Brasileira e todos, de comum acordo, resolvemos criar uma sociedade civil. Criamos, então, o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. Promovemos, perante o Instituto Internacional, o reconhecimento dessa seção, como sendo a seção brasileira do Instituto Internacional. Como acontece sempre nos organismos internacionais, todas essas providências são muito lentas, de maneira que só recentemente a seção brasileira passou a ser, de fato, o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. Criado o Instituto, eleita sua Diretoria, passamos imediatamente a congregar esforços, reunindo elementos de trabalho. Estamos, hoje, instalados no Edifício Darke, em local cedido pela Fundação Getúlio Vargas, de modo que estamos aptos a atender qualquer solicitação referente aos problemas do Instituto Internacional de Ciências Administrativas. A Revista do Instituto Internacional passou recentemente por grande transformação e hoje é, de fato um instrumento muito útil. A seção brasileira está pronta a ser a intermediária na tomada de assinatura da Revista, o que é uma forma prática e rápida de se conhecer tudo o que está sendo feito no mundo inteiro com relação aos problemas administrativos, de modo geral e principalmente nestes dois campos, o jurídico e o das práticas administrativas.